



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25-04-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Boa tarde a todos. Declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realiza no ano de 2014, tendo por objetivo, discutir políticas públicas para o desenvolvimento dos profissionais de fiscalização da Cidade de São Paulo, promover um amplo debate e obter subsídios para criação de uma estrutura sólida, transparente e uniforme de fiscalização da Cidade de São Paulo. Iniciativa do nobre Vereador Laércio Benko, essa audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, desde o dia 18 de abril. A reunião esta sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br link auditórios on-line. Foram convidados o Sr. Prefeito da Cidade de São Paulo; Secretaria Municipal de Coordenação das Sub Prefeituras, Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão; Secretaria Municipal de Segurança Urbano; Secretário Especial de Controladoria Geral do Município; Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Dr. José Carlos de Freitas e Mauricio Antônio Ribeiro Lopes; Manuel Veríssimo, Presidente da FASP; Wilson José de Araujo, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais, Tributários do Município de São Paulo; Raí Araujo e Zizi Lopes, Assessores de imprensa do Savim; Pedro Novinsk Pessoa de Barros, Assessor Jurídico do Savim; Transparência Brasil; Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo.

Para compor a Mesa, convido os Srs: Marcelo Araújo Faria, Presidente da Associação dos Servidores das Carreiras de Auditoria e Fiscalização do Distrito Federal; Izabel Santos de Jesus, 1ª Secretária; Maria Benedita Claret Alves Fortunato, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo; representante da OAB, Pedro Horta e Assessor Jurídico do Sindicato, Pedro Novinsk e Eduardo Jorge de Paula, Presidente do Sindicato dos Servidores, integrante da carreira de fiscalização do Distrito Federal.

Passo a presidência dos trabalhos ao nobre Vereador Laércio Benko.

- Assume a presidência o Sr. Laércio Benko.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Em primeiro lugar, quero agradecer, e muito a presença da nobre Vereadora Sandra Tadeu, que viabiliza esse evento, porque, por ser uma audiência pública convocada pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, da qual fazia parte ano passado quando fui designado, hoje faço parte da Comissão de Finanças e Orçamento, então sem um membro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, regimentalmente, não poderíamos dar início e abrir e proceder essa audiência e realmente, até por compromissos e por uma série de questões, todos os vereadores trabalham bastante. É difícil reunir vereadores aqui na Casa, em uma sexta-feira à tarde. Então aqui diante registro meu respeito e agradecimento a nobre Vereadora Sandra Tadeu, por só por ter votado favoravelmente a essa audiência pública, mas também pela abertura dos trabalhos. Cumprimento dos os presentes da Mesa, na pessoa da minha amiga Claret, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores da Cidade de São Paulo, pessoa com a qual convivo há muito tempo, tem meu maior respeito, meu carinho, que nos provocou para que realizássemos essa audiência pública para tratar dos problemas dos agentes vistores na Cidade de São Paulo. Cumprimento todos os presentes na pessoa do meu amigo Lamas, grande celebrado da Prefeitura do Município de São Paulo, homem que conhece de A a Z a legislação de Uso e Ocupação da Cidade de São Paulo, qualquer um, quando quiser tirar qualquer dúvida, pergunte ao Lamas que conhece tudo.

Estamos, nesse ano, trabalhando em duas frentes em prol da categoria dos agentes vistores. Uma, por meio do fórum permanente de discussão dos agentes vistores, onde quinzenalmente, há reuniões aqui na Câmara Municipal de São Paulo, porque não é em uma reunião ou outra, que irá se resolver ou de identificar, ou se tratar de todos os problemas que envolve a categoria dos agentes vistores. Todo problema sério precisa ser tratado de uma forma contínua. Daí a realização desses fóruns permanentes, que estão com datas reservadas até o final do ano. Por outro lado é importante essa audiência pública, porque ela está sendo

realizada junto a comissão mais importante da Casa, que a Comissão de Constituição e Justiça, a qual tive o prazer de fazer parte ano passado e tudo isso será reduzido em notas taquigráficas, está sendo gravado, ou seja, se tornará documento oficial que será submetido, posteriormente a própria Comissão de Constituição e Justiça e remetido aos órgãos competentes, prefeitos, secretários, todos que tenham a obrigação em saber dos problemas que vem ocorrendo.

Chamo a mesa o Sr. Cássio Vieira, do Sindicato dos Auditores Tributários. Vivemos na Cidade de São Paulo uma situação difícil de entender. Por um lado, temos uma visão de futuro, temos um prefeito que está preocupado em pensar o futuro da Cidade de São Paulo, com novo Plano Diretor, que acredito ser inovador, com os corredores de ônibus, com o Arco do Futuro, ou seja, é importante ter uma visão de futuro, enxergar o futuro da Cidade de São Paulo e poucos gestores fizeram isso, mas também, não podemos esquecer do dia-a-dia, e a Cidade de São Paulo no dia-a-dia está abandonada e tem deixado muito a desejar. Temos as posturas municipais que não estão sendo observadas, uma cidade que está totalmente deixada de lado, no que diz respeito as questões do dia-a-dia e quando falo nisso, me refiro ao mato alto, buraco nas calçadas, falo da questão da fiscalização e de uma serie de problemas e não podemos deixar de reconhecer a categoria dos agentes vistoros da Cidade de São Paulo como a mais importante para verificar o dia-a-dia da Cidade de São Paulo, porque é o Agente Vistor que tem competência para multar o buraco na calçada, interditar ou não o estabelecimento “A” “B” “C” ou “D” que causa problemas na Cidade de São Paulo, é ele que encarna, efetivamente o poder de policia na Cidade de São Paulo. Tivemos, em gestões, passadas, por exemplo, alguns secretários querendo praticar atos privativos de agentes vistoros sem a presença dos mesmos. O que gerou alguns problemas, e até mesmo controvérsia jurídicas. E temos a categoria dos agentes vistoros, muitas vezes, quando ocorre algum problema, a imprensa e muitos secretários não se esquecem em criticar e apontar ali o Agente Vistor que deveria ter feito isso ou aquilo, essas mesmas autoridades e ao podemos falar de uma forma supra

partidária, porque são autoridades da atual gestão, que passavam nas gestões anteriores, que se esquecem, por exemplo, de realizar concursos aumentando a quantidade de agentes vistores que hoje está muito aquém do que a Cidade de São Paulo precisa. Temos subprefeituras com áreas territoriais gigantescas que tem apenas 4 a 5 agentes vistores. Temos a questão do Plano de Carreira, dos agentes vistores e da remuneração, ou seja, ao mesmo tempo em que queremos uma cidade bem organizada, bem cuidada, por outro lado não temos o cuidado com quem tem a função legal de verificar se as coisas estão acontecendo. Nós não temos o cuidado de tratar bem àqueles que são os olhos do Poder Público. Aqueles que têm o poder, a legitimidade que tem a fé pública para lavrar um auto de infração, para intimar alguém, para fazer com que a Lei, efetivamente, seja cumprida, principalmente no mundo em que vivemos, onde todos, acredita que podem resolver sua cidadania por meio de uma denuncia no Face, curtindo ou não curtindo determinada situação, postando uma foto e ter milhares de curtidas. Posso postar a foto da irregularidade que for, ter um milhão de curtidas, se eu não tiver um agente vistor ali para lavrar um auto de infração, essa foto não vai servir de absolutamente nada. É lamentável o descaso com que as últimas gestões têm deixado essa categoria a Claret sempre soube e sabe que esse Vereador, muito antes de ser vereador, já abraçava a causa, e sempre foi amigo, e uma pessoa que enaltece essa carreira do Agente Vistor na Cidade de São Paulo. Acredito que seja muito importante essa iniciativa, ouvir a todos os presentes e tenho certeza de que estaremos juntos nessa briga para o que der e vier.

Registro, também, e lamento que fomos recebidos ano passado, ainda pelo Secretário João Antônio, que pediu uma audiência com o Prefeito Fernando Haddad, até agora essa audiência não foi marcada. Mudou o Secretário, levei essa pauta para o Secretário Paulo Frateschi e não conseguimos fazer com que a categoria fosse ouvida. Não tenho problema nenhum em elogiar e apoiar o Prefeito naquilo que merece ser apoiado, ser elogiado, mas também não tenho problema nenhum em criticar naquilo que merece, naquilo que precisa ser

criticado. Porque meu vínculo, minha obrigação é com meus ideais, é com aquilo que acredito seja correto para à cidade de São Paulo e sem dúvida, alguma, se essa carreira de agente vistor não for, efetivamente, olhada com carinho, abraçada pelo Prefeito, pelos Secretários competentes, não teremos uma cidade bem organizada, uma cidade onde a lei seja cumprida, uma cidade onde a ordem possa ser estabelecida. Daí a importância dessa audiência pública e de todos os senhores agentes vistores presentes e aqueles que não são agentes vistores que estão aqui para apoiar essa audiência pública e esse ato.

Fica nosso registro, nossos parabéns e meu agradecimento pela oportunidade. Muito obrigado a todos.

- Assume a presidência a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Todos esses das Subprefeituras são agentes vistores, ou vieram pelo convite a subprefeitura? (Pausa) Chamo, para compor a mesa, Sra. Iris Tomaello, editora do site fiscal de posturas.

Agora, tem a palavra a Sra. Claret, que vai nos informar sobre todo esse trabalho que está sendo feito para que possamos sair dessa audiência pública com alguma proposta, com alguns informes para que possamos estar passando para frente para ver se alguém convoca a reunião com o Prefeito, ou pelo menos com os Secretários que são responsáveis por essa área para que possamos reformular essa estrutura toda.

A SRA. CLARET FORTUNATO – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a presença de toda essa categoria, uma categoria bastante difícil de a gente reunir, pela própria natureza do nosso trabalho. Hoje tem um monte de gente lá de plantão, não conseguiram sair, a cidade é grande, somos 32 subprefeituras e entendemos a dificuldade de todo mundo, mas eu acho que aqui a gente tem pelo menos um representante de cada subprefeitura e isso é bastante significativo para nós.

Fico honrada de receber a visita dos auditores de Brasília, Eduardo e Marcelo, que são pessoas que estão dando uma sobrevida para nós. Conseguiram mostrar que é possível

uma fiscalização de alto nível, que se faz respeitada, uma fiscalização que o Governo admira e é isso que estamos buscando para São Paulo.

Agradeço demais a presença da Isabel, que veio de Goiânia para cá para nos prestigiar e a Iris que, na verdade, é um pouco causadora dos outros estados estarem aqui. Essa audiência foi proposta a um ano atrás por ocasião do desabamento que aconteceu em São Mateus e tivemos um contato com o Promotor José Carlos de Freitas e numa reunião com ele discutimos a situação da fiscalização da Cidade de São Paulo. A precária fiscalização de São Paulo. Ele sugeriu exatamente fazer uma audiência para discutir esses problemas porque até hoje a discussão sobre a fiscalização vem sendo feita em gabinetes por pessoas até qualificadas, mas sem grande conhecimento do que se passa na rua, com a carreira de agentes vistoristas.

Provocamos isso para chamar a participação de pessoas fora da nossa categoria. Chamamos todos os Secretários que nos envolvem, chamamos a sociedade civil e temos aqui representantes das Associações de Vila Mariana, Rafael, muito obrigado pela a sua presença, chamamos mais algumas associações, não sei se tem alguma outra associação aqui presente e a gente sente um pouco, porque convidamos também muitos jornalistas é até gostaria de saber se tem algum além do jornalista da Câmara.

Isso é importante porque a fiscalização ela sempre é lembrada pela população e pela mídia pelo seu lado negativo, só que foi até um desafio para nós mandar convite para todos os órgãos de comunicação: jornais, TV, revistas, e daí vocês percebem que não tem ninguém aqui. Estamos aqui num momento de buscar soluções, não estamos discutindo nenhuma tragédia, embora nossa situação hoje seja bastante trágica.

A situação dos agentes vistoristas hoje não é um feito, ou um privilégio dessa administração. Foram diversas administrações, passamos por vários prefeitos de vários partidos e que trataram a fiscalização de maneira pouco honrosa. Trouxe alguns exemplos só para lembrarmos o que aconteceu e além de os governos passarem e não tratarem a

fiscalização com o respeito que ela merece, de período em período, vive um grande faz de conta, um grande desperdício de dinheiro público, com coisas imediatistas e que não resolvem nem os problemas dos funcionários e muito menos o problema da população.

Só para lembrarmos os gastos públicos que aconteceram, em 2002, durante o governo da Prefeita Marta Suplicy, foram comprados três veículos que foram chamados de tigrão. A paisagem de São Paulo estava um caos, horrível, era propaganda de tudo que é tipo, fechando as fachadas, ruas, postes e tudo o que você se lembram. Na época foram gastos três milhões para eliminar, melhorar a poluição visual de São Paulo e na ocasião a prefeita dizia que tinha comprado, pago os três milhões, e o trabalho que iriam fazer as máquinas seria equivalente a 50 mil agentes vistoros e na época eram 400 agentes vistoros. E a Prefeita achava que conseguiria afastar os agentes vistoros da ação fiscal, porque o tigrão iria fazer a maravilha de limpar a cidade de São Paulo.

O que aconteceu? Foi totalmente inconstitucional porque não podia uma máquina sair multando por aí sem a presença dos agentes vistoros e todas as multas do tigrão que não foram pagas espontaneamente foram canceladas e os 400 agentes vistoros que deveriam ficar afastados da ação fiscal em 2007 eles fizeram o Programa Cidade Limpa e conseguiram reeleger um Prefeito muito por conta do trabalho que os 400 agentes vistoros fizeram em São Paulo.

Em 2005 houve uma nova tentativa e um detalhe, não sabemos o que aconteceu com os equipamentos que a Prefeitura gastou na época três milhões. Em 2005, no governo Serra, ficou constatado que éramos apenas 690 agentes vistoros porque o governo Marta fez o concurso, alias, foi o último concurso me 2002 e fomos para 690 agentes vistoros. Hoje, em 2014, somos em 413, na época, o Secretário Walter Feldeman se espantou de sermos 690 agentes vistoros para cuidar de 300 posturas municipais, e hoje tem mais de 700, e 14 mil leis, em 2005. Hoje somos em 413 e esse governo está propondo um concurso nos bastidores para 200. Em que vai resolver mais 200 agentes vistoros para voltarmos ao número de 2005? A

Cidade cresceu, a população cresceu e estuda-se um concurso para um número de 200?

Por favor, representante da prefeitura que esteja aqui: não façam. Em 2005 ainda o Prefeito anunciou a compra de uma espécie de um início de fiscalização eletrônica, nós íamos ter *palm tops* para fazer uma fiscalização mais eficiente na rua. O interessante que na época foi divulgado o número de 20 milhões para equipar 700 agentes vistoros. Nunca vimos a cor desses *palm tops*, se foram comprados, não foi para nós.

O Serra anunciou, em 2006, 20 milhões para comprar *palm tops* daí o governo Kassab anuncia: vamos resolver o problema da fiscalização, vamos instituir a fiscalização eletrônica e com 20 milhões vamos comprar tablets para que os agentes vistoros façam uma fiscalização mais eficiente na rua e para que a gente saiba quando vira à direita, à esquerda, e a cidade vai ficar uma maravilha. De novo, é um número bem interessante porque anos depois e o gasto é o mesmo. Esses apareceram em duas subprefeituras, da Sé e de Pinheiros. Tentaram implantar esse sistema comprado, segundo consta, dos EUA, um sistema enorme em cima de uma estrutura podre, um sistema feito por burocratas que ficam atrás das mesas e não tem a mínima noção do que se faz nas ruas. Conclusão: o sistema não deu certo, os tablets ficaram obsoletos, ninguém sabe exatamente qual foi o gasto disso e pasmem estivemos com o Presidente da Prodam para cobrar dele o que foi feito dos *tablets*, o que foi feito dessa fiscalização eletrônica. Na época ele disse para gente que muito pouco daquilo vai ser aproveitado. Vamos ver o que dá para aproveitar.

Pelo que estamos verificando, esse governo abraçou a mesma estrutura de antes e apenas anunciou que os *tables* não vão conseguir serem usados porque estão obsoletos, ou seja, compraram um equipamento para durar um ano e vão tentar novamente implantar essa fiscalização eletrônica, que se fosse de uma maneira mais técnica, mais voltada para a realidade, para as discussões técnicas para melhorar o nosso trabalho, para que tenhamos um banco de dados que realmente nos auxilie na rua, funcionaria muito bem, e vimos pedindo isso há muito tempo. Mas, novamente, sentimos que o interesse do Governo, o interesse das

peessoas que estão planejando esse projeto, que, aliás, não mudou, porque são as mesmas pessoas, é com o intuito de verificar exatamente se o agente vistor vira à direita ou vira à esquerda quando ele está fazendo o trabalho.

Ouvi de uma das pessoas que idealizou esse trabalho... Ouvi, não, está no jornal. O Alfonso Orlandi disse numa entrevista que os agentes vistor não queriam a fiscalização eletrônica porque eles não queriam ser controlados na rua, e temos de controlá-los, segundo seus assessores, porque ele não pode fazer o que querem na rua.

Tenho de lembrar às pessoas que o agente vistor não faz o que quer na rua, mas o que a lei determina. (Palmas)

São vários governos agindo da mesma maneira. E estamos, sem problema nenhum, pedindo socorro aos promotores, à Prefeitura, porque somos uma categoria, dentre todas as outras da Prefeitura que estão com problemas... Hoje o promotor não está aqui, mas qualquer promotor de urbanismo ou meio ambiente pode escolher qualquer um de nós e montar um processo por prevaricação, porque não é possível você ter sua sob sua responsabilidade centenas de processos. Você não consegue atender, você não consegue atender o munícipe, você não consegue fazer o trabalho da maneira que a cidade merece. Então estamos aqui pedindo socorro.

Fizemos uma proposta a este governo sobre uma estruturação de carreira. Ninguém aqui está falando em salário, porque sabemos que a consequência de uma estrutura forte de carreira é um trabalho decente. Então propusemos para este governo, o Governo Haddad, uma proposta de estrutura de fiscalização, para que consigamos trabalhar de uma maneira decente. Sequer conseguimos começar a discussão dessa estrutura proposta porque temos a impressão de que não há interesse. Não há interesse em ter uma fiscalização na rua: “a nós isso não interessa”, “à população isso não interessa”. Então eu não sei a quem interessa essa situação.

Como eu disse, essa proposta sequer começou a ser discutida, mas tivemos a

oportunidade de ter contato com as fiscalizações dos outros estados, principalmente com a fiscalização do Distrito Federal. E eu percebi, quando estive lá visitando lá a Agefis e a CAF que eles estão anos-luz à nossa frente. Ali, sim, existe uma estrutura viável e correta de fiscalização. Então, quando eu vi isso, eu lembrei de uma coisa bastante interessante que eu li. Não lembro o autor, mas diz assim: “O errado te dá a possibilidade de conhecer saídas e aprender outras coisas que você não teria oportunidade se tivesse dado tudo certo”. Então eu gosto da proposta que fizemos à Administração, mas percebi, depois que conheci a fiscalização de outros estados, que a nossa proposta é muito tímida. Já passei por todas as subprefeituras apresentando a nossa proposta. Então hoje não vale a pena retomarmos isso.

Gostaria muito que nós pudéssemos ouvir o Eduardo e o Marcelo, que vieram de Brasília para nos mostrar como funciona a fiscalização no Distrito Federal. E peço às pessoas que compõem a Mesa que ouvíssemos o Marcelo, para então continuarmos a rodada com a Mesa, com as pessoas que gostariam de falar e discutir alguma coisa a respeito do que foi apresentado.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – Quero agradecer a presença de todos os componentes da Mesa, Vereadores, fiscais, auditores.

Na verdade, vocês são auditores. Talvez ninguém nunca tenha dito isso a vocês, mas eu sou obrigado a dizer essa realidade: vocês são auditores, mesmo não sabendo ainda, mesmo que ninguém tenha dito. E vou até explicar por que vocês são.

Hoje é um dia muito especial para mim por dois motivos, e tenho certeza de que em especial para todos por um motivo, e não somente pelo fato de estarmos aqui realizando essa audiência pública, que por si só já transforma esse dia em algo muito especial.

Há 30 anos, tivemos um momento muito importante da história do nosso país: a votação da Emenda Dante de Oliveira, rejeitada, e que trouxe naquele momento uma frustração muito grande para o povo, para o país. Exatamente nesse mesmo dia, 30 anos atrás, eu tomava posse como fiscal no Distrito Federal.

Meu nome é Marcelo Faria, estou aqui com o companheiro Eduardo Jorge, e vamos bater bola. Ele é do sindicato, eu sou da associação, e temos muita coisa para falar que envolvem os temas.

Há 30 anos, fomos abatidos por uma frustração. E eu chego aqui hoje e me parece meio frustrante também o que eu estou vendo. Primeiro, a própria sensação dos colegas, que não é à toa. Estou aqui no púlpito da maior cidade da América do Sul, uma das cidades mais importantes do mundo. Não estou falando de Araguaína, no Tocantins, não estou falando de Pirinópolis, no estado de Goiás, estou falando de São Paulo. Com todo o respeito a essas duas cidades, e a todas as outras, mas São Paulo é São Paulo, é o motor, é a locomotiva. E eu não vou dizer que eu fiquei chocado, mas estarecido ao ver o estágio neanderthal da fiscalização. É estarecedor. Eu não esperava encontrar uma situação como essa aqui. Mas, enfim, se há 30 anos estávamos frustrados, logo depois foram restabelecidas as eleições diretas para Presidente da República, e a esperança se renovou. Então temos de ter esperança de que as coisas vão mudar. E eu costumo dizer que é exatamente nas adversidades que estão as oportunidades. Eu gostaria que vocês não esquecessem dessa frase, inclusive no aspecto pessoal de vocês, na vida, nas relações, em tudo. São nas adversidades que temos de tirar as lições, e ali é que estão as verdadeiras oportunidades.

Falando isso, não é, Eduardo, diante das nossas adversidades, que não são diferentes das de vocês. As adversidades de vocês, se vocês forem hoje a Belo Horizonte e verem a situação dos fiscais de lá, vocês vão ficar bastante chateados, porque consegue ser pior do que a de vocês. Verdade. Natal, Fortaleza, Porto Alegre. Esse tipo de fiscalização é incompreendida, é maltratada e não é vista da forma como ela deve ser vista, que é a defesa da sociedade, a defesa da urbe, a defesa do povo, a defesa da qualidade de vida.

Olha só, gente, o Brasil, o Partido dos Trabalhadores vêm dizendo que melhorou a qualidade de vida, que tiraram não sei quantos milhões da pobreza, que o Brasil avançou, e de fato avançou mesmo. Houve realmente avanços na área social. Muita gente saiu da linha de

pobreza. Isso é fato. Mas parece que as cidades não acordaram, os Prefeitos não acordaram. Não adianta o país avançar de um lado e ficar apodrecido por outro. Não pode deixar a cidade apodrecer, deixar ela cair. Qualquer um que for aos Estados Unidos visitar qualquer cidade americana, e nós temos de nos espelhar no que eles têm de bom, vocês vão ficar entusiasmados com o nível de arrumação das cidades, de como a qualidade de vida é bem tratada lá.

Vou fazer uma pausa para colocarmos o vídeo nº 1. Vamos ver se vocês se identificam com alguma coisa aí do que vai ser exibido.

- Exibição de vídeo.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – Simpático, não é? Interessante. Esse caso é específico porque é área pública. Alguém grilou e ficou rico em cima do patrimônio de todos. A fiscalização defende o patrimônio público também, está na defesa do direito difuso. E o que aconteceu é que na reportagem ela direcionou a matéria: “Olha só, o trator desviou aqui”. Ela queria que passasse por cima do povo na manifestação? “E abriu um buraco no muro lá na frente”. E depois, no final, fala: “Aquela casa, que também é irregular, ficou em pé”. Mas ficou em pé por quê?

Na Agefiz, agência de fiscalização, nós cumprimos a Constituição Federal: o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. A agência de fiscalização está acatando todos os recursos, desde uma notificação, que é apreciado, um auto de embargo, um auto de interdição, um auto de apreensão, qualquer coisa que seja lavrada. Tem recurso? A fiscalização, a Agência vai acatar. Aquela casa não caiu certamente porque ainda estava em fase de análise – ela não sabia, e talvez não quisesse saber também.

Eu vou pedir para colocar o segundo vídeo, que mostra que a população também não enxerga o trabalho que a fiscalização faz.

Pode passar a apresentação.

- Apresentação de vídeo.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA - Bom, é cruel, né, gente? Vejam bem, uma obra clandestina com mais de 5 mil m2, sem alvará. Deu um temporal, começou a balançar e eles tiveram de correr e colocar uma estrutura de apoio. Ou seja, uma obra clandestina. A fiscalização agindo na defesa do povo, de quem vai colocar a cabeça naquele mercado fraudulento para poder comprar mercadorias e um dia ter uma estrutura daquela desabando na própria cabeça. É defesa da vida também. Perguntem se alguma daquelas pessoas seria admitida para trabalhar naquele mercado? Óbvio que não.

A Claret me perguntou quanto tempo eu gostaria de falar? Perguntei se um dia estaria bom. Ela disse não. Enfim, existem outros *slides* que não foram apresentados aqui, porque deu problema, senão ficaria um dia aqui com vocês.

Antes de sermos Agefis, trabalhávamos em Administrações Regionais. Aqui é Subprefeitura, preferia que fosse Administração Regional, porque ser Sub é sub-humano, é cruel. Sinceramente, esperava que vocês fossem Administração Regional, mas cada um que vem, modifica, quer deixar sua marca e seu carimbo. Eu fiz, mudei a Cidade, mas é na maquiagem, porque no que importa, naquilo que vai mudar, que vai trazer dignidade e qualidade de vida mesmo, eles ficam patinando e não querem. Acham que é isso que dá voto.

O José Roberto Arruda, que assinou a lei criando a nossa Agência de Fiscalização, foi cassado, teve seus problemas de Justiça e foi o primeiro Governador, durante o exercício do mandato, preso. Vocês se lembram disso? Foi a maior crise que o Distrito Federal enfrentou por problemas que não cabe eu falar agora, mas o José Roberto Arruda criou a Agência de Fiscalização. Ele veio com um discurso de moralidade e dizendo que a URBE deveria ser tratada com carinho e com zelo. Inclusive criou a zeladoria das Cidades, que faziam curativos por meio de umas vans que circulavam, placas caídas eram consertadas na hora, por exemplo. Não estou defendendo o José Roberto Arruda, mas foi ele quem fez aquelas demolições, aquelas implosões de esqueletos. Brasília, uma cidade moderna, com esqueletos apodrecendo. Ele derrubou. Ele criou as Secretarias de Ordem Pública e Social, Seops, e a

Agência de Fiscalização. Implantou uma política para derrubar toda aquela propaganda irregular da área tombada do Distrito Federal, porque Brasília é tombada pela Unesco e ele derrubou tudo.

No centro da Ceilândia, que é a maior cidade-satélite do Distrito Federal e uma potência econômica regional, numa praça, existia uma feira que era um pandemônio. Inclusive, depois que a fiscalização agiu e tirou tudo, parecia que ali havia caído uma bomba atômica, com aquele monte de ferro retorcido. Aquela feira ficou lá por 30 anos e era um local que concentrava traficantes, havia estupros e roubos, no centro da Cidade. Mas ele veio e urbanizou também, não nos usou apenas para tirar a feira.

O Arruda foi cassado, passou por aquele processo totalmente desgastante e a popularidade dele hoje, em Brasília, é alta. Sabem por quê? Ele usou muito bem o marketing, mas nos usou também muito bem para a ordem pública, para moralizar, para mudar a cara da Cidade e as pessoas gostaram disso. Num primeiro momento, a fiscalização pode ser antipática, chata, enfim, isso que vocês viram, é ruim para a imprensa, para as pessoas, mas a fiscalização é muito boa para as Cidades.

Falei agora a pouco sobre as cidades dos Estados Unidos, vão lá, visitem os Estados Unidos, vejam se não há ordem urbanística. Lá existe. Saiam da linha, do eixo, porque tudo lá é arrumadinho? Porque tem ordem, as pessoas cumprem as normas de posturas municipais, de meio ambiente, de zoneamento, de tudo.

Quem tiver oportunidade, olhe isso lá ou ouça relatos. Gostaria que o Prefeito estivesse presente para ouvir isso. Seria muito bom que S.Exa. estivesse aqui para entender isso ou seu representante direto. Inclusive para o Prefeito entender, viu Haddad – se S.Exa. estiver me ouvindo -, isso aqui não é rádio, mas vai que S.Exa. está ouvindo. Em Goiânia, Haddad, a Prefeitura é do PT e lá eles já estão levando a sério a criação da Aggefis, que será a agência goiana de fiscalização. Em Brasília, é o Partido dos Trabalhadores que está lá, o Agnelo Queiroz. Eles chegaram e extinguiram a agência, por conta das coisas que vocês

viram, é emprego, tem de gerar emprego, é antipopular, mas daí foram entendendo e a gente também foi convencendo, é um trabalho coordenado de quebrar esse ranço populista e fazer com que o político entenda que faz mais bem a ordem do que a desordem.

Antes da Aggefis, nós estávamos nas administrações regionais, depois foi criada uma subsecretaria, depois veio a Seffau, que era a Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas e a partir dela ele chegou e extinguiu, queria nos colocar na Secretaria da Fazenda, tinha uma proposta. O próprio Arruda tinha essa proposta de criar uma subsecretaria de fiscalização de atividades urbanas na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Nós não quisemos, embora a gente tenha um perfil de arrecadação de taxas e preços públicos, mas a nossa área não é tributo, é ordem urbanística, é o zelo da Cidade, a postura municipal, que está esquecida nesse País.

Inclusive, a própria auditoria tributária falou: “os caras querem ser auditores tributários agora?”, a gente nunca quis, não queremos. Não é essa a intenção. A intenção é ser valorizado, como passamos a ser, e o Eduardo vai falar daqui a pouco.

Conceito de auditoria. A gente tem dificuldade de achar um conceito de auditoria que se encaixe na nossa realidade porque auditoria, se vocês procurarem no Google hoje, vocês vão achar tudo relacionado à contabilidade. Sabemos que não é só contabilidade. Ou seja, pode ser conceituada como um conjunto de procedimentos aplicados sobre determinadas ações, objetivando verificar se elas foram ou não realizadas em conformidade com normas, regras, orçamentos e outros aspectos objetivos. É confrontar a condição, situação encontrada, com o critério, que é a situação que deve ser.

No Lago Sul de Brasília, que é o bairro nobre de Brasília, tem os becos, vários becos de passagem, e todo mundo fechou. Foi feita uma auditoria lá, que coisa interessante. Como é fazer auditoria em becos? Mas, são muitos becos. Foi feito o levantamento de quantos eram fechados, o percentual, depois foi feito um levantamento de qual material que foi utilizado. Alvenaria? Cerca viva? Tiveram becos que fecharam, mas deixaram um portãozinho,

abria durante o dia e à noite o morador fechava. Foi feito também o cálculo de quanto a pessoa gastaria passando a pé pelo beco para ir a uma parada de ônibus, para um ponto de taxi, para um comércio local e quanto aumenta em quilômetros, metros, quanto aumenta a volta que tem de dar quando se depara com esses becos de passagem, que estão fechados. Apresentamos um relatório, foi um trabalho muito legal, que foi disponibilizado pela Superintendência de Planejamento da Agência de Fiscalização.

Estamos propondo um conceito ainda, que está em construção de auditoria de atividade urbana. Ela possui como objetivo a comprovação da exatidão das situações encontradas; propor soluções e melhorias para o aperfeiçoamento do controle dos sistemas do governo; a verificação da correta apresentação, se aquilo que foi feito está de acordo; a divulgação da situação urbana; a emissão de parecer sobre os processos auditados.

Qual o objetivo da auditoria? É aumentar o grau de confiança nas informações coletadas por parte da sociedade. Isso é alcançado mediante a expressão de opinião pelo auditor sobre as demonstrações relevantes obtidas, se estão na inconformidade com a realidade aplicável: leis, decretos, normas, atos de convivências, aspectos teóricos e práticos relativos às medições, entre outros parâmetros.

Roteiro de auditoria. Tem um trabalho que um colega fez, que é muito bacana, que é o Manuel de Araújo, ele estabeleceu um roteiro de auditoria. Não dá para falar sobre isso tudo porque é instigante, mas não temos tempo, mas o objetivo desse documento é a definição de um roteiro de auditoria. A adoção da auditoria propriamente dita é um instrumento de diagnóstico de situação e consiste numa progressão de abrangência e qualidade, requer a implementação de uma metodologia criteriosa e, principalmente, apropriada às necessidades em termos de ganho de efetividade das ações de fiscalização.

Quando você faz uma auditoria de uma situação, você vai delimitar o que é mais importante para agir e o planejamento vem em seguida. A elaboração e execução de auditoria implicam em técnicas e ritos específicos que vão desde o planejamento geral, passa pela

definição dos critérios de auditoria, pelo rigor na apuração das informações, pela abrangência e acuidade da análise até a eficiência na apresentação dos resultados, com precisão e clareza do texto final, demandando a definição de metodologia que a regule e direcione.

Dentro do contexto e objetivo definiu-se o roteiro de auditoria provisório contendo quatro etapas: planejamento, obtenção de informações, análise da situação e o relatório de auditoria detalhado.

Essas são as viaturas que chegaram para a agência de fiscalização, são as novas, está chegando também os caminhões com guindaste, chegou um leve cabinado, daí você economiza motorista, em vez de levar aquele tanto de gente numa combi. Compraram um caminhão com cabine ampliada, que leva todo mundo e está chegando um pesado, que está em fase de licitação. A agência é uma autarquia especial, que tem o poder de gerir seus próprios recursos, fazer licitação, participar dos certames. Tem responsabilidade, mas tem vantagens. Em Fortaleza está se criando agências de fiscalização. Estivemos lá no ano passado, participamos de um seminário e quero registrar que a Ana Lúcia de Oliveira, que é presidente da Afim mandou um abraço para vocês, falei com ela ontem. Ela não pode vir porque a discussão para a criação da autarquia lá está pegando fogo para a criação dessa autarquia. Isso está virando realidade e devagar nós vamos avançando.

Essa é a nossa foto em Fortaleza e foram representadas quatro regiões nesse encontro de Fortaleza: Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Natal, Moçoró. Nesse encontro é que decidimos que tínhamos de fazer um encontro nacional, que vai acontecer em Brasília. Será o Encontro Nacional da Fiscalização de Cidades. Temos várias propostas para chamar a atenção, deve ser em setembro, estamos fechando a data ainda e esperamos que ocorra em setembro.

Essa é a entrega do requerimento ao Deputado Policarpo sobre carreiras típicas do Estado. Está lá o colega de Goiânia, o Eduardo Jorge e estivemos na Câmara Federal porque temos carreira típica de Estado. O que é isso? É uma carreira que só o Estado pode executar.

Não dá para pensar que o governo vai contratar um terceirizado para exercer poder de polícia administrativa. Nesses fóruns que acontecem ninguém lembra que essas fiscalizações de posturas municipais são típicas de Estado. Combatemos o esbulho da terra pública, do patrimônio público, combatemos produtos falsificados, a venda de medicamento ilegal, os danos ao meio ambiente, agimos e reagimos às agressões a ordem urbanística. Temos poder de polícia plenamente e assegurado em lei.

O Deputado se comprometeu a apresentar um substitutivo ao PL que já está tramitando no Congresso e foi uma ação coordenada, Porto Alegre esteve lá nesse dia também, Fortaleza também e assinamos um documento, entregamos e o Deputado está dando encaminhamento.

Em julho de 2007 o nosso trabalho, a nossa organização, a nossa luta, nada acontece por acaso. A gente vem se organizando e ninguém vai colocar nada no colo de vocês, o Prefeito não vai e se vocês não lutarem, não insistirem, ninguém vai chegar para vocês e vai falar que vocês vão virar auditores fiscais. Se não tiver apoio de Vereadores, pressionar, convencer, mostrar que a cidade é importante, que vocês são importantes. Se isso não acontecer, olhem o nosso trabalho, começou antes de 2006.

Fizemos cursos de capacitação, fomos tirados de sala de aula mandaram interromper cursos, porque não queriam que os fiscais fizessem cursos que melhorassem sua qualidade. Nós insistimos, criamos o Manual de Procedimento, que está na internet, na página da Agefis, se não me engano no endereço: agefis/manuais. Se vocês pesquisarem no Google, vão achar, podem baixá-lo. Já será reformulado, inclusive consta todo fluxograma. Foi feito o de Atividade Econômica e Obras. A Atividade Econômica é o antigo Posturas, fiscalização e atividade econômica. Está tudo nesse manual: legislação, como aplicar, os prazos. Existe o lado do contribuinte, o lado do povo também, viu Vereador Laércio Benko.

Olha, Vereador, não nos esquecemos do lado do povo não.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Quero registrar a presença do Vereador

Andrea Matarazzo.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Não vamos faltar com respeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – Gente, tudo muda. Temos de convencê-lo.

S.Exa. tem de dar o direito de convencê-lo, se isso acontecer, ótimo; se não, paciência. A roda gira, mas não vamos estragar a festa não.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Vamos continuar, segue o jogo.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – Isso está muito bonito, vamos olhar para frente. Vereador, com todo respeito, estamos aqui falando, mas a fiscalização pensa na sociedade também, nas pessoas. Somos moradores da cidade. Posso ser fiscal, auditor, mas sou morador também. Temos um olhar mais crítico sobre acessibilidade, os portadores de necessidades especiais, enfim, sobre uma série de fatores, mas defendemos a cidade e também o cidadão. Estamos defendendo também as pessoas. Não estamos apenas defendendo melhoria de salário, defendemos isso sim. Queremos que vocês passem a ganhar muito mais do que ganham hoje, ainda mais porque estamos falando de São Paulo, que tem condições de pagar um salário muito melhor.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – São Paulo é muito mais rica do que Brasília.

Vocês têm condições de ganhar muito mais. É indigno o que está acontecendo aqui.

Não tenho vergonha de falar; o Eduardo também vai falar, vai mostrar as tabelas; mas o nosso salário estará batendo, no próximo ano, aproximadamente, 19 mil reais. É o Distrito Federal.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA – Então vamos lutar para melhorar. Quando criamos esse manual, a Agência de Fiscalização fez um Planejamento Estratégico

Democrático, um PED. O que é o PED? É um trabalho em que todos os fiscais e todos os auditores foram ouvidos. De lá, saíram várias ideias, inclusive uma que estamos defendendo num encontro nacional: a criação da Anfic, Agência Nacional de Fiscalização das Cidades.

Preparamos a lei, chegamos a entregá-la no Ministério das Cidades, quando o Ministro era o Márcio Fortes. Logo depois S.Exa. saiu e entrou o Negromonte, que não quis saber disso, mas já há outro lá. Demos um tempo, mas não desistimos. Vamos voltar lá. Nesse encontro nacional, daremos um abraço no Ministério das Cidades, vamos mostrar a importância de se criar uma Agência Nacional de Fiscalização. Por que precisa? Porque acontece Boate Kiss, desabamento em Petrópolis, desabamento de mercado, de igreja, sei lá o que, enfim, da importância de o Governo Federal dar diretrizes aos Municípios, porque parece que eles não conseguem enxergar que o desenvolvimento do País passa também pelo desenvolvimento da fiscalização.

Lá em Brasília, fizemos a Agência de Fiscalização – trouxe o *banner* da Agefis – e definimos a missão: garantir a promoção, a proteção e a preservação da qualidade de vida da população do Distrito Federal, atuando como agente transformador, mediante ações de fiscalização de atividades urbanas. Como, a agência não vai defender nenhum fiscal ou auditor? Não, gente. Somos corporativistas, mas temos de olhar o outro lado.

Continuando: Visão de futuro. Ser uma instituição de Estado, autônoma, de referência nacional em fiscalização de atividades urbanas, reconhecida pela sociedade como defensora da legalidade e da ética e imprescindível para a promoção da qualidade de vida da população. Queremos ser o melhor do mundo. O objetivo da Agência de Fiscalização do DF é sermos a melhor agência de fiscalização do mundo.

Valores. Atuar com ética de forma austera, responsável e imparcial em prol da legalidade, da educação cidadã e do bem estar coletivo.

Agradeço a todos por essa oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado. Convidamos para compor a

Mesa os Srs. Adevilson Maia, Subprefeito de Santo Amaro; Adriana Neves da Silva Morales, Subprefeita do Itaim Paulista; Luiz Fernando Macarrão, Subprefeito da Vila Mariana; Ricardo Airut Pradas, Subprefeito da Lapa e Jacqueline Melo, Subprefeita de Perus.

Tenho certeza absoluta de que a presença em massa dos Subprefeitos demonstra o respeito deles à categoria, assim como todos os Subprefeitos nos ajudarão a fazer chegar aos Secretários competentes as necessidades e reivindicações da categoria. Repito, aquele que é mais cobrado é o Subprefeito, que fica como a concha, entre a maré e o rochedo. Sem dúvida alguma, essa concha ficará muito mais forte quanto mais forte for a categoria dos Agentes Vistores.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Jorge de Paula, Presidente do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização do Distrito Federal.

O SR. EDUARDO JORGE DE PAULA – Boa tarde a todos. É uma satisfação e uma honra enorme estar aqui falando para vocês hoje.

Minha fala será um pouco mais curta do que a do Marcelo. Como me foquei, nos últimos 16 anos, na área sindical, sempre à frente do sindicato, em um cargo ou outro e hoje sou o Presidente do Sindafis, vou tentar passar a vocês como foi nossa luta até chegar à estrutura atual da nossa carreira.

Entre na carreira em 1994 e assumimos o sindicato em 1996. Estávamos no primeiro Governo do Partido dos Trabalhadores em Brasília e a Diretoria do Sindicato, que estava coordenando a nossa carreira, fez uma renúncia coletiva e todos fora assumir cargo no Governo. Trancaram o Sindicato e simplesmente o abandonaram.

Nós, para assumirmos o sindicato, tivemos de chamar um chaveiro para abrir a porta, literalmente.

Desde então viemos trabalhando para estruturarmos nossa carreira até chegar nessa estrutura atual.

- Orador passa a referir-se a imagens em tela.

O SR. _____ - A situação de vocês, o Marcelo está falando, é indigna, mas a nossa não foi muito diferente não. Quando nós entramos na carreira, recebíamos complemento de salário mínimo, vinha o contracheque, vencimento e numa linha abaixo o complemento de salário mínimo. O nosso sala rio à época não chegava, mesmo com o complemento de indenização de transporte, a 580 reais.

Nossa carreira quando foi criada era composta por oito cargos, dois cargos de nível superior e seis de nível médio. De nível superior tínhamos o inspetor de obras, que é normalmente engenheiro ou arquiteto, e o inspetor de vigilância sanitária, que tinha de ter formação específica em ciências biológicas: medicina, veterinária, odontologia, biologia e assim vai. De nível médio, tínhamos o fiscal de obras, fiscal de postura, fiscal de meio ambiente, fiscal de concessões e permissões, fiscal de vigilância sanitária e o fiscal de vigilância sanitária animal, vegetal e agroindustrial.

Na reestruturação que conseguimos, em 2001, foi um trabalho conjunto de toda a carreira e isso foi uma luta terrível porque quando assumimos em 1996, fomos para a base, a carreira estava totalmente desorganizada, desunida, éramos organizados em administrações regionais também e eram, se não me engano, 22 administrações regionais na época, então, a carreira era muito pulverizada. Fizemos o trabalho de base, fomos juntando essa categoria, criando uma consciência e um sentimento de unidade. Cinco anos depois, em 2001, conseguimos fazer nossa primeira reestruturação, que foi a lei 2.706.

Acabamos com a distinção de nível superior e nível médio, ou seja, passou a ser exigido o nível superior para toda a carreira e, para não ter problemas de legislação, de constitucionalidade na nossa lei, mantivemos dois cargos distintos. O que era de nível superior, antigamente, ficou como auditor de atividades urbanas e o fiscal que era de nível médio, ficou como auditor fiscal de atividades urbanas, mas volto a repetir, ambos de nível superior.

Os vários cargos que existiam tratamos como especialidades, então ficaram cinco especialidades: obras, edificações e urbanismo; prestações de atividades econômicas urbanas,

que era a antiga posturas; transporte e fiscal de atividades econômicas, que foi uma divisão, porque tínhamos o fiscal de concessões e permissões e o de posturas; vigilância sanitária, que englobou tanto o inspetor como o fiscal e o meio ambiente.

Conseguimos agregar a carreira em torno de menos estrutura. A primeira conquista nossa foi tirar os fiscais de obras e posturas das administrações regionais e lotar uma estrutura única de fiscalização. Primeiramente foi uma subsecretaria, que depois virou uma secretaria. Por que a nossa luta? Em Brasília, como todo o restante do Brasil, a ingerência política sobre o trabalho de fiscalização é enorme e quanto mais escalonado na hierarquia do estado, mais influência a gente sofre.

A ideia de criar uma estrutura única de fiscalização foi justamente diminuir essa ingerência política sobre o trabalho. A nossa ideia era que a Secretaria de Fiscalização fosse vinculada diretamente ao gabinete do governador, sempre foi a nossa luta. Daí todo o trabalho de esclarecimento junto aos governantes de que a fiscalização não é opositora do governo, não é rival, inimiga, pelo contrário, é uma parceira. Pode ser os olhos do governo na cidade, na comunidade e deixamos claro para os governantes também que quem define política de fiscalização, que é uma coisa que não existe em quase nenhum município, ninguém trata de política pública de fiscalização, tinha de ser o governador e isso foi um trabalho de consciência que temos feito com os governantes de Brasília desde 1998, quando o governo Cristóvão saiu e assumiu o governo do PMDB.

Nos colocando como parceiros do governo, conseguimos resultados melhores do que quando tínhamos postura mais de embate, de conseguir as coisas através do nosso poder, da nossas atribuições, do nosso exercício do poder de polícia. Nessa toada é que conseguimos os maiores avanços da nossa carreira.

Quando o José Arruda assumiu a ideia era extinguir a antiga Secretaria de Fiscalização, e, de fato, ele fez. Ele tinha consciência da importância de uma fiscalização. Ele tinha uma visão bastante aberta quanto a isso e a Agência de Fiscalização foi uma proposta

dele. Ele disse que iria extinguir a Sefau porque achava que as Secretarias teriam de ser de coisas primárias para a população. Ele queria tratar da fiscalização na forma de uma autarquia. A proposta inicial dele era fazer uma agência nos moldes das agências reguladoras do Governo Federal. Quase conseguimos, mas não porque quando chegamos na Câmara Legislativa nosso projeto de criação da agência, não conseguimos passar o artigo que tratava como diretoria colegiada. Hoje o presidente da agência é de indicação do governador do Distrito Federal. Hoje funciona como autarquia independente, ligada à Secretaria de Governo, que é quem define as políticas de fiscalização que serão seguidas no Distrito Federal.

A interferência política diminuiu muito. Nosso trabalho não tem como se apartar do meio político, é inevitável, mas o que conseguimos em Brasília foi que os governantes e políticos não nos vissem como inimigos, opositores, como um problema, mas sim como uma solução.

Quando o Arruda foi preso e afastado do Governo, ele não foi cassado, não foi condenado, a princípio ele está elegível, eu era diretor da diretoria de operações de Brasília, nós derrubamos durante dois anos e meio de governo Arruda mais de 2800 casas e não só de bairros populares. Na feira de Ceilândia você não conseguia andar na avenida principal de Ceilândia em Taguatinga de tanto ambulante que tinha, tiramos todos. No centro de Brasília tiramos todos, limpamos tudo. A poluição visual a gente virava a noite tirando *outdoor* de gente influente e poderosa. Um governo desses não teve popularidade nenhuma, estava fadado a ser um governo de um mandato só.

Quando o Arruda caiu a popularidade dele, em Brasília, já era mais de 70%, para vocês terem ideia, pregando a legalidade. Quando a gente ia fechar bar à noite era muito comum, o pessoal que frequentava o bar, os boêmios ficarem revoltado com a nossa ação. Mas dos prédios ao redor, as pessoas saíam na sacada para poder aplaudir. A população não é contra a fiscalização. Contra é quem está à margem da legalidade.

A população, em geral, tem muito respeito e anseio grande pela presença do

Estado, na forma de fiscalização, de forma mais efetiva e presente na sociedade.

A prova disso, o ex-Governador Arruda - volto a falar, não voto nele, não faço a defesa dele aqui -, mas com todos os problemas, já apareceu na televisão preso, algemado, recebendo dinheiro, durante os dois anos e meio de mandato deixou uma imagem tão boa para a população, de gestão e administração, que em pesquisas atuais, se ele voltasse a ser candidato, sairia com quase 60% de intenção de voto, em Brasília, hoje. É um absurdo. Mas, por conta dessa política que ele fez de legalidade, de combater o que estava errado na cidade.

Pedi para o pessoal colocar a planilha do *Excell* agora.

Como falei para vocês, em 96 a gente ganhava complemento de salário mínimo. Nessa parceria com o Governo, que a gente foi efetivando, fomos conquistando melhorias salariais. Já em 2001, saímos de R\$500,00 para R\$2.200,00, de imediato.

Hoje, é essa a nossa tabela atual, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2014. Vocês vão ver que são três classes, cinco níveis em cada uma, então, em 15 anos o auditor chega em final de carreira. O inicial de carreira está em R\$8.600,00 e o final chega a R\$17.093,00.

Passe para o último, por favor.

Fizemos a negociação de três parcelas de incorporação e de gratificações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO JORGE DE PAULA - Não. Subsídio, a gente fugiu dele. Nossa missão era só fazer a incorporação, na forma de vencimento, mas fugir do subsídio. Tanto é que tem coluna de ATS, que é o Adicional por Tempo de Serviço. Então, em dezembro de 2015, que é a última parcela da nossa incorporação, vamos ter um início de carreira de R\$9.631,00 e final de carreira de R\$19.665,00.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA - Quando abre o próximo concurso lá, quero me inscrever. (Risos)

O SR. EDUARDO JORGE DE PAULA - De Vigilância Sanitária já saiu a

autorização, para Obras e Atividades Econômicas temos uma reunião com o Secretário de Planejamento, na semana que vem. A promessa é que saia autorização para esse edital na próxima semana também. Até o final do mês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO JORGE DE PAULA - Vamos lá. Hoje...

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA - Eduardo, a Clarete está pedindo um tempinho aqui, porque tem um companheiro que tem que se retirar. Ela está pedindo só para interromper um pouco a sua falação, aí, em seguida, você retorna.

O SR. EDUARDO JORGE DE PAULA - Perfeito.

O SR. MARCELO ARAÚJO FARIA - Cássio Vieira, auditor fiscal de tributos, de São Paulo. Só um minuto, porque ele tem um compromisso inadiável. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Por favor Cássio, fique à vontade.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Pessoal, primeiro, quero pedir desculpas, porque infelizmente estou com outra reunião marcada para este exato instante. Não sabia que a reunião iria se estender tanto, mas o que queria falar é muito relevante para todos. Vou falar no sentido de alguém que tem uma visão não fiscal de postura, mas sim de fiscal municipal.

Realmente, serei bem breve em minha manifestação. Está claro para todos que estão assistindo a esta apresentação que as demandas sociais são atendidas através daquilo que está escrito na nossa bandeira: ordem e progresso. Quando o pessoal sai às ruas demandando por mais habitação, educação, saúde e transporte, tudo isso está, na segunda parte da bandeira que fala em progresso. Só que o progresso não pode vir de qualquer forma. Ele tem de observar alguns limites e eles são os da segurança pública, da preservação do meio ambiente, enfim, é o que fala a primeira parte da bandeira: ordem.

Nesse ponto está a relevância do trabalho de vocês, porque sem vocês, não haverá respeito à ausência de externalidades negativas quando alguém fizer um entendimento econômico. É muito bom buscar progresso, avanço econômico, mas não é possível buscá-lo a

qualquer custo. É isso que fala a Constituição Federal, quando diz: “É objetivo do Estado buscar uma sociedade mais justa.”

O que quero dizer com isso tudo? É que essa missão do Estado, prevista na Constituição Federal – desculpem-me outros servidores públicos -, mas isso é função de Agente típico de Estado. Nessa missão, não vejo como negar a importância do Agente de Fiscalização de Atividades Urbanas, porque é ele que vai cuidar; não apenas ele, mas outros com poder de polícia similar; da busca do desenvolvimento econômico para atender às demandas sociais sem, entretanto, afetar todos esses valores da Constituição Federal, que devem ser preservados por todos nós.

São vocês, os Agentes aqui presentes, que garantem isso. Lógico que garantem isso com o suporte de outro Agente Fiscal tão importante quanto: o Agente Tributário, categoria à qual pertenço. De um lado temos o Agente Fiscal Tributário, que busca os recursos financeiros necessários e de outro, vocês, que vão executar a ordem que o Estado está impondo à sociedade, a bem dela própria.

Mas, será que a Constituição Federal colocou todas essas atividades de forma impensada, quer dizer, apenas disse que tinha de haver isso ou será que deu alguma garantia para que esses Agentes pudessem exercer todas essas funções de forma adequada. Não tenho dúvida de que na Constituição Federal está escrito que temos sim essas garantias. No âmbito da fiscalização urbana, está lá disposto no artigo 146 da Constituição Federal que existem as taxas e elas devem ser recolhidas para atender aos serviços públicos específicos e divisíveis, bem como – nesse ponto está a parte mais relevante – o exercício do poder de polícia.

O que observamos no Município de São Paulo? Seria suficiente, para a carreira de vocês, poder exercer com a plenitude que é necessária um montante de algumas centenas de milhões de reais? Seria suficiente? Vocês acham que é suficiente? Claret, seria suficiente algumas centenas de milhões de reais para exercer a atividade de fiscalização urbanística?

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO - A arrecadação prevista para este ano é de 250 milhões.

O SR. CÁSSIO VIEIRA – Quero falar com isso é que recursos não faltam, aliás, o que falta é apenas e simplesmente observar o que estabelece a Constituição Federal. Enquanto nós, Auditores Federais Tributários, buscamos essa arrecadação, uma parcela dela está vinculada ao serviço de fiscalização urbanística, como diz a Constituição Federal. Não é isso? E o que temos aqui? Temos não só a fiscalização urbanística, mas também a fiscalização tributária, com uma série de demandas. Uma busca os recursos, outro tende a implantar a ordem e a buscar a Justiça que está estabelecida nas leis. Exercemos uma atividade vinculada à lei, não agimos discricionariamente.

Se existem os recursos e há de tê-los para a administração da fiscalização urbana e também são necessários recursos para a administração tributária, para que ela possa também buscar recursos. Existem recursos constitucionais garantidos para a fiscalização tributária? Também existem. Onde está escrito isso? No artigo 168, inciso IV, da Constituição Federal dizendo que saúde, educação e administração tributária devem ter parcela de impostos vinculada a essas atividades.

No Município de São Paulo temos uma parcela de impostos vinculada à Saúde e à Educação. Por que será que o constituinte colocou a administração tributária, a fiscalização e o poder de polícia também com verbas garantidas? Não observamos isso no Município de São Paulo. Esse é um ponto fundamental.

Nesse ponto, quero chamar a atenção do Vereador Laércio Benko. Esse é um ponto nevrálgico: faltam recursos para a fiscalização paulistana. Faltam recursos por diversos motivos, mas talvez um deles seja apenas o desrespeito às normas constitucionais neste Município. Está ocorrendo desrespeito ao artigo 146, da Constituição Federal, que fala que as verbas de taxas de poder de polícia devem ser direcionadas para o poder de polícia e uma parcela dos impostos municipais deve ser direcionada para garantir a atividade de fiscalização

tributária, que vai gerar recursos para a Saúde, Educação, inclusive para a fiscalização urbanística também.

Nesse sentido, vou dar um encaminhamento bem rápido e bem objetivo. Tinha muito mais a falar, mas infelizmente não consigo. Então, quero propor ao Exmo. Vereador que considerasse a hipótese de normatizar, regulamentar, no âmbito do Município de São Paulo, aquilo que já está determinado pela Constituição Federal. Por que não colocar uma emenda à Lei Orgânica do Município estabelecendo a relevância da fiscalização urbanística, a relevância da administração tributária, bem como já está reconhecida a relevância da Procuradoria-Geral do Município, e estabelecer aquilo que a Constituição determina. “Determina”, esse é o termo usado na Constituição Federal. Determinar que uma verba específica seja vinculada a essas atividades indispensáveis à atividades de estados. Governos passam, essas atividades ficam. (Palmas)

Eu agradeço a manifestação, pessoal, mas, infelizmente, eu não posso mais me delongar aqui. Mas eu gostaria de solicitar não somente ao Vereador presente, mas também à presidente da sessão, que a Associação dos Agentes Vistores, bem como a nossa associação pudesse dar um encaminhamento de uma forma mais pausada, mais pensada nessa proposta que estou colocando. É uma proposta a ser pensada e refletida por todos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado. Antes de devolver ao meu companheiro de salão de cabeleireiro, Eduardo Jorge, eu quero agradecer às palavras do Cássio. E também aproveito para dizer que não sou mais da Comissão de Constituição e Justiça, hoje estou na Comissão de Finanças, e estamos votando agora a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as metas para o Orçamento para os próximos quatro anos.

Convido a Clarete, bem como toda a diretoria da Savim e o seu corpo jurídico, para pegar o texto básico da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está no site da Câmara. E se vocês redigirem uma emenda, eu me comprometo a assiná-la, apresentá-la e defendê-la

perante a Comissão de Finanças. (Palmas)

Temos de apresentar essas emendas entre os dias 20 1 21 de maio. São os prazos limites. Isso porque dia 22 será a definição das emendas que deverão ser acolhidas, e dia 23 é importante a presença de todos os senhores, porque teremos a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, o quanto antes os senhores me mandarem essas emendas, viu minha amiga Claret, eu me comprometo a assinar e protocolizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então o meu amigo de corte de cabelo, Eduardo Jorge, por favor, use a palavra.

O SR. EDUARDO JORGE – Obrigado, Vereador. Eu não sei o senhor, mas eu só fico revoltado quando eu vou ao salão, ao cabeleireiro. O cara já olha para mim com um sorriso de orelha a orelha e fala “Ó, dinheiro mole, viu”.

P – Mas você pergunta se o salão tem alvará?

R – Melhor nem perguntar.

Em Brasília temos uma situação bastante atípica: por causa do descaso do Governo com as leis de edificações, a maioria das edificações não têm a carta de habite-se. Em Brasília, devido a uma lei específica, sem a carta de habite-se o comerciante não consegue o licenciamento.

- Manifestação fora do microfone.

R – Em Brasília, criaram duas vezes a figura do *alvará precário*, *alvará provisório*, *licença de funcionamento*, e assim vai. E cada vez que se cria, o Ministério Público vai lá e derruba, porque é inconstitucional. E aí 80% dos estabelecimentos em Brasília estão sem licenciamento. Então, se não formos entrar em estabelecimento sem licenciamento, a gente não compra nada, não se produz nada em Brasília. Fica difícil.

P – E que lá tinha o Niemeyer, hein.

R – Exatamente. Vamos lá, minha gente. Vamos terminar o raciocínio.

O colega perguntou quantos somos em Brasília.

Estamos com um quadro hoje bastante defasado. Ano passado, tivemos concurso para as especialidades de transporte e meio ambiente. Conseguimos dar posse a 100 novos auditores de cada especialidade. Então entraram 200 novos auditores na carreira o ano passado, exclusivamente para transporte e meio ambiente. Em Brasília, não podemos transitar entre as especialidades. O cara que faz concurso para a especialidade de obras só pode atuar naquilo ali porque tem as suas atribuições definidas em lei, não pode exercer as atribuições de um colega de outra especialidade. Para a Vigilância Sanitária, saiu a publicação da autorização para o concurso, e o edital deve estar saindo nas próximas semanas. A demanda da Vigilância Sanitária hoje é de pelo menos 300 auditores. Estamos brigando para obras e atividades econômicas, porque o último concurso foi o meu, em 94. Estamos há 20 anos sem renovação do quadro de obras e atividades econômicas. A carência é enorme. Precisamos, pelo menos, de 250 de cada especialidade para ter um nível satisfatório. Mas, respondendo à pergunta, hoje nós somos 850 auditores na ativa.

- Manifestação fora do microfone.

R – Para encerrar a mensagem e deixar para vocês, eu queria deixar uma coisa que demoramos um pouco para aprender em Brasília: todos os sindicatos, de forma geral, deveriam ser em Brasília, mas infelizmente não são. Mas conseguimos, no nosso, ser um sindicato apartidário. É claro que cada integrante, cada membro do sindicato tem as suas crenças, tem as suas convicções, tem as suas ideologias, muitos têm filiação partidária, mas o sindicato não se posiciona, mas o sindicato não se posiciona partidariamente. Ficamos alheios a essa briga de bandeiras, de partidos, paixões e ideologias. Isso não quer dizer que sejamos apolíticos. Pelo contrário. Acho que o maior mérito da nossa luta, da nossa conquista, foi atingir um grau de politização da nossa carreira extremamente alto hoje.

Como eu disse, hoje somos 850 servidores, auditores fiscais, mas conseguimos eleger um deputado distrital, que seria a figura do Vereador aqui do município já no terceiro mandato. Estabelecemos como meta em Brasília cada auditor conseguir mais 10 votos dentro

da sua família, do seu círculo de amizades, para que conseguimos ter essa representação legislativa. Porque muitas vezes, conforme eu conversei com a Claret, e com a Andreia, que estiveram lá em Brasília, a porta do diálogo se fecha com o Governo, e buscar meios de reabrir esse diálogo nem sempre é fácil. E um representante que nos defenda dentro do Legislativo, que tenha influência para abrir a porta de um Secretário, até mesmo de um Governador, ajuda bastante. E quando vem na Câmara, sempre uma Casa de muito debate, de muita discussão, grupos econômicos ou sociais, (Ininteligível) na fiscalização em relação a isso e aquilo, é importante ter alguém aqui dentro para defender e esclarecer a sociedade, os outros colegas dos legislativos, da importância da fiscalização e do trabalho que exercemos como promotores da qualidade de vida da população. É um trabalho árduo, difícil, a conscientização é bastante difícil mesmo, quando impossível de ser atingida, mas temos conseguido em Brasília.

Quando está tudo certo, quando estamos andando direitinho, dirigindo na rodovia com o IPVA em dia, com a carteira renovada, e quando o policial manda encostar a gente já fica “putsgrila, que encrenca”, mesmo sabendo que está tudo certo. Imagine o cara que está construindo e, às vezes, não dá conta de cumprir todas as exigências legais porque questão financeira, que não é barato mesmo, temos consciência disso, e chega o auditor e pede a licença dele? Então a visão da nossa carreira pela sociedade tem um mudado um pouco em Brasília nos últimos anos, mas é sempre uma visão negativa – com exceção da Vigilância Sanitária, como eu costumo dizer. Quando a Vigilância Sanitária chega no estabelecimento todo mundo aplaude. Se interditou, aí o pessoal bate palma. Mas outras especialidades não são bem vistas, como é o caso da Polícia Civil, Militar, a Guarda Municipal. A exceção eu faço aos bombeiros, que só chegam para ajudar. Mas em todas essas carreiras onde existe o poder de polícia administrativo tem essa resistência natural da população.

O que sempre precisamos ter em mente, mesmo quando estivermos em campo, agindo, é esclarecer para o contribuinte, para o cidadão, de que estamos ali limitando um direito dele em benefícios de outros milhares. E tentamos passar isso através de campanhas

educativas. Na Agefis, criamos o programa *Agefiz nas escolas*, do qual Marcelo participou diretamente, e por isso pode falar melhor. Mas é justamente um trabalho de conscientizar a população desde pequeno sobre a importância da fiscalização no dia a dia da cidade. E isso é uma coisa lenta, difícil. Vocês estão no começo de um processo, e tem muito a caminhar, engatinhar. Mas conseguimos, em Brasília, dessa forma.

Se pudermos ajudá-los em alguma coisa com a experiência que vivemos lá, nós nos colocamos inteiramente à disposição. As portas estão abertas para quem precisar, quem visitar. Se os Vereadores quiserem nos visitar em Brasília serão muito bem recebidos. Apresentaremos nossa estrutura, o nosso deputado na Câmara Legislativa. A troca de experiência só tende a favorecer e beneficiar mutuamente todo mundo.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. É uma honra para mim. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Agradeço ao Eduardo Jorge.

Quero esclarecer que temos de encerrar esta audiência pública às 17h, pois há outro evento previsto para esse mesmo local.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Horta, Secretário-Geral da Comissão de Relações com o Poder Legislativo da PAB/São Paulo.

Estão encerradas as inscrições para as manifestações.

O SR. PEDRO HORTA – Boa tarde a todos – a nossa membro da Comissão de Constituição e Justiça, nobre Vereadora Sandra Tadeu. Aliás, em todo lugar vinculado à justiça, onde há um médico e uma mulher tudo anda e caminha de modo muito valoroso. Esse toque de refino que a mulher tem é inegável. Então dá uma sintonia muito grande, até porque a nossa presidente, a Clarete, é mulher, e isso é muito importante. É uma mulher com uma vasta experiência na área, já foi Vereadora em Guarulhos, e médicas gosta de pessoas. Não tem como pensar de modo diferente.

Meu colega de profissão, Vereador Laércio Benko, que a OAB empresta para o

parlamento paulista. E eu sei que, como Vereador valoroso não deixa de militar vendo os seus recortes da Asp (?) trabalhando ainda em banda dupla. Isso é muito bom, pois prova que vem para a vida pública não por uma profissão, mas por um denodo, por uma ajuda mútua. Experiente também nas causas do Município. Passou por diversos cargos de comissões, em vários estamentos do Município, o que lhe dá uma clareza muito maior sobre o que se fazer quando vem para um parlamento.

Minha querida Claret, presidente do nosso Sivam; Lamas, o seu Vice, um homem dedicado à causa dos agentes vistores, conhecedor profundo da matéria. Uma vez eu fui a uma reunião recente no Sindicato, véspera do feriado de Páscoa, aliás, e ele ainda voltou para a Subprefeitura da Sé altas horas da noite. E eu ia voltando para casa, e pensava como graças a Deus ainda há pessoas com esse “pensamento mútuo”.

Nosso colega Pedro Novinski Pessoa, advogado do Sindicato. Muito importante essa clarividência de os sindicatos atuarem em sintonia com a classe da advocacia, inclusive orientando, e os resultados são muito positivos, inclusive numa cidade em que há uma legislação densa. O legislador tem essa cabeça de que você deve legislar à exaustão para ter o patronímico no projeto de lei, e, na verdade, São Paulo já está precisando até se fazer, não digo uma mini constituinte, até porque aqui se vive uma Lei Orgânica, mas até uma reforma, para deixar o texto claro para o cumprimento do texto legal. Por vezes, até nós, que lidamos com o dia a dia com a administração pública, temos dificuldades de interpretar as leis. São colchas de retalhos, emendas, situações pontuais, específica, o que dificulta inclusive na interpretação, cometendo, o profissional do direito, o erro não de modo doloso, mas até um erro de interpretação semântica na maioria das vezes.

Quero saudar o Eduardo Jorge e o Marcelo Faria, que vêm de Brasília trazer suas experiências. Acho muito interessante as carreiras de fiscalização e auditoria serem independentes. Passei, quando estive no Governo de São Paulo, pela independência da Polícia Científica da Polícia Judiciária, criando-se uma superintendência da Polícia Científica. E

se vê, de lá para cá, de 98 a 99, o número de crimes elucidados com riquezas de detalhes, algo que foi muito útil. E essas carreiras trazem um retorno não apenas monetário, de poder pelo poder, mas um retorno de se pensar uma cidade, de se pensar um futuro, de se trazer esse tipo de situação.

Estou aqui porque compromissos inadiáveis impediram que o nosso Presidente da Seccional São Paulo, da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcos La Costa aqui estivesse. Mas o Presidente é sensível aos problemas da Cidade. O Presidente que é da Seccional São Paulo, cuja sede é na Capital, mas sendo a maior cidade daqui, a sua primeira preocupação foi realmente colocar a Ordem dos Advogados à disposição do Executivo Municipal. No dia 7 de janeiro já recebemos o Prefeito eleito da Cidade, já empossado. E isso eu faço agora ao Poder Legislativo, sendo a nossa Comissão de Relações com o Poder Legislativo uma comissão permanente da Ordem dos Advogados, para estar ao lado, não apenas do Sivam, da sociedade, mas também ao lado dos Vereadores, mas ajudar na confecção de algo que seja perene, algo que seja pela e para a cidade.

Eu sempre digo que governar é eleger prioridades.

Há uma frase superatual, eu lembro, logo no primeiro ano de faculdade, em 90, escutei essa frase e é verdade: “Administrar orçamento público são recursos limitados para necessidades ilimitadas.”. O Laércio é mais ou menos dessa época de faculdade, a gente aprendia Economia, era matéria básica, e era aquela frase do Keynes que está atual até hoje. Sabemos disso. Mas penso que não elencar prioridades - o maior material que a cidade tem, qualquer governante daqui possa valorar, são os funcionários, o quadro de funcionários da Prefeitura de São Paulo.

Temos aqui, como agentes vístores, vários colegas de profissão, vários advogados. Encontrei agora com uma agente vístora que é, inclusive, colega duplamente nossa: de magistério, que é assistente do Bortolai, que foi da nossa Comissão de Prerrogativas, da Ordem dos Advogados do Brasil, dá aula na PUC; o Lamas, acho que são vários aí que

passaram pela matéria do Direito, com muito carinho.

Temos que estar em defesa disso. Mas não é só uma situação salarial. Sofre o agente vistor hoje, eu até elencava, porque quem vê grosso modo, o Governo e a mídia, de modo muito destrutivo, com a visão de que o agente vistor é o culpado, ineficiente, para justificar uma ação política, de falta de vontade política de ineficiência até do Executivo.

Fiquei feliz quando vi que o Ministério Público está participando, até está se querendo fazer uma Ação Civil Pública, que realmente é o canal correto. Por muitos anos, o Ministério Público, colocou a carreira do agente vistor como leniente, inclusive em peças processuais. Eu achava isso o fim do mundo, algo totalmente destrutivo e que não constrói a realidade de uma cidade.

Quero dizer que a ideia de quem me antecedeu que, realmente, é uma carreira que corre ao lado da de vocês, na competência residual da Constituição Federal, do artigo 30, I, Lei Orgânica colocar como uma carreira de Estado, acho que é extremamente importante. A Procuradoria do Município, com o apoio da Ordem, teve isso como carreira de Estado, sempre ao lado a Ordem dos Advogados, até por serem colegas nossos de profissão, mas eu tenho a firme convicção, como os defensores públicos do Estado, é carreira de Estado, que a carreira do agente vistor também deva ser uma carreira de Estado.

Quero, para finalizar, porque o tempo de plenário é exíguo e escasso, dizer e reafirmar a nossa firme convicção da Ordem, no apoio ao nosso colega que está no Sindicato, advogando, que é o Pedro Novinsky, e ao nosso colega que está dando o melhor de si no exercício do mandato eletivo de Vereador.

Gosto muito do Laércio, porque ele é advogado, estando no mandato de Vereador – nós o estamos emprestando por um mandato de quatro anos e a Ordem vai querê-lo de volta. Então, explorem a melhor parte que ele tem para ofertar para vocês. Parabéns Laércio, acho que você está representando a Ordem dos Advogados no mandato, nos sentimos representados. Tenha-nos como sempre a sua casa, o seu sustentáculo, e nos use na

Comissão de Relações com poder legislativo para lhe subsidiar, inclusive a engrossar coro, sabemos que a maioria dos projetos, inclusive esse, é um projeto que demandará quórum qualificado de Plenário, em votação em dois turnos, estaremos ao seu lado.

Nossa Vereadora Sandra Tadeu, meu agradecimento pela abertura do espaço. O nosso carinho sempre renovado do Presidente Marcos da Costa à Casa Legislativa, extensivos ao membro do Congresso Nacional, nosso querido amigo, seu esposo, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, a OAB está aberta a todos vocês e à Casa Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Obrigado, nobre colega.

Abusando um pouco da presidência da nossa Vereadora, mas tem alguém do Ministério Público aqui presente? (Pausa) Esta, Vereadora Sandra Tadeu, é a nona, 10ª audiência pública da qual participo, de vários assuntos distintos, nunca a OAB deixou de mandar um representante. Nunca vi um representante do Ministério Público, talvez porque nós tenhamos esquecido de convidar a Globo. Porque se aqui estivesse, tenho certeza que estaria aqui o Ministério Público. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, por três minutos faça uso do microfone.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, sou presidente da União Global do Trabalho, Central que integra os trabalhadores e empreendedores, está sendo organizada em 145 países. A Central tem a agência internacional de participação e transparência do controle social dos orçamentos públicos. Aqui no Brasil, o comitê nacional de participação e transparência do controle social do Brasil.

Primeiramente, parabenizar os Vereadores desta Comissão, as autoridades da mesa, todas e todos.

Estou voltando de Brasília, o companheiro de Brasília falou sobre o Arruda, eu estava em Brasília, na época, fazendo um trabalho, inclusive nós vamos instalar a sede da Central em Brasília, já temos seis salas alugadas lá, onde funciona o prédio da ONU. Eu

estava investigando aquele lixão, há 40 anos, na cidade de Brasília, na cara do Senado, da Câmara dos Deputados, contaminando cerca de 80% da população do Distrito Federal.

(Ininteligível) uma audiência pública e a Cidade toda foi. Aí eu comecei a ser perseguido, comecei a investigar o Arruda. Entrei com uma ação no Ministério Público, denunciando que ele estava desviando 35%, junto com o Presidente da Assembleia, na época, do orçamento público do povo.

Disseram que era mentira, me processaram, depois de seis meses a casa caiu. Ele foi flagrado com a grana, recebendo a propina na cueca, nos meios. Em vários deles.

Aqui na cidade de São Paulo, nós fomos para cima, continuaram o mesmo esquema aqui, com o Gilberto Kassab, vou denunciar no Ministério Público. Porque não adianta denunciar lá que a autoridade fica omissa. Aqui ele roubou cerca de 14 bilhões do povo, de vários projetos. Distribuiu dinheiro inclusive para o Tribunal de Contas do Município, junto com a quadrilha que ele implantou aí, a vice-Prefeita Marco Antônio.

Em Brasília fui perseguido, desde o Governo Collor, denunciando corrupção.

Só nos oito anos do Governo Lula, ele distribuiu mais quatro bilhões de dinheiro roubado para o Exército, para perseguir.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) - Só peço que conclua, Sr. Laerte.

O SR. LAERTE BRASIL – A Sra. Dilma Rousseff continua com o mesmo esquema. Enquanto ela faz a distribuição de roubar dentro do Exército, já distribuiu mais de 10 bilhões até fevereiro, para o Comandante do Comando Militar, Secretário de Segurança Pública e o outro boneco, o Comandante-Geral da Polícia Militar.

Além disso, foi distribuído um cheque de quatro bilhões, através da Vice-Prefeita, para o Haddad, que era para ratear o Secretário para impedir as nossas atividades aqui. Enquanto a Dilma Rousseff e o Vice-Presidente, e os colegas dela de gatunagem, malandramente a Dilma, a público, junto com o Exército, ficam usando tática de vampiro.

O país que temos está na contramão da Justiça.

Para concluir, os Auditores da cidade de São Paulo são uma vergonha, porque a cidade de São Paulo corresponde à Argentina. Fiz umas contas aqui, nas 32 subprefeituras, daria pelo menos 100 Auditores. Aí, São Paulo teria, mais ou menos, uns 3.500 Auditores e, aí, equilibraria o desenvolvimento das ações de fiscalização e desenvolvimento econômico dos municípios.

Era o que eu tinha para dizer.

Obrigado pela palavra. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado. Sr. Laerte.

Tem a palavra a Sra. Marta Ribeiro, Agente Vistora da Subprefeitura de Pinheiros.

A SRA. MARTA RIBEIRO – Boa tarde a todos.

No decorrer das palestras, tinha muitas perguntas para fazer, mas já me perdi porque três minutos não vai dar.

Então, queria fazer um esclarecimento. Neste ano, completo 35 anos de Prefeitura, uns 30 de Agente Vistora. Desde que eu entrei na Prefeitura, estamos lutando por uma carreira. Tanto é que eu, com 30 anos de idade, fui fazer faculdade, porque já se falava em passar a nossa carreira para nível universitário. Ela passou, mas não levamos, porque o nosso salário continua de nível médio.

Então, além de tudo que passamos na rua, decorrente das agressões que sofremos, porque todas as atitudes dos Srs. Vereadores refletem em nós, na rua. Quando os senhores fazem uma lei, nós é que aplicamos e o erro dessa lei sobra para nós, nas subprefeituras, como, por exemplo, a Lei das Calçadas, que dava 60 dias para a pessoa executar a lei e, aí, a multa seria cancelada. Na verdade, não era. Não se sabe fazer isso. Agora, está entrando na dívida pública e estamos recebendo essas pessoas e não sabemos o que fazer!

Então, esse é um exemplo. Quando se fizer uma lei, precisa operacionalizá-la.

Nós, nesse último concurso, tivemos muitos colegas competentes, mesmo porque

foi o primeiro concurso em nível universitário. Então, eram pessoas estudiosas. Essas pessoas foram embora por causa do salário! Dizer que o salário não interessa, que devemos ter uma visão maior, é balela! Há 10 anos o nosso reajuste é de 0,01.

Não só os nossos colegas homens. Nossas colegas, inclusive eu, sustentamos as nossas famílias!

Então, precisam olhar para nós, porque sentimos, realmente, como se fosse pouco caso, haja vista que os senhores são os únicos Vereadores presentes. Não sei se o Prefeito mandou algum Secretário para ouvir isso.

Estou assim porque temos muito a dizer, mas não temos tempo e não podemos tirar algumas dúvidas sobre o que está sendo dito. Nossa carreira, em 2002, quando passou a nível universitário, era para 1.200 Agentes Vistores. Nunca chegou a isso e nem nunca vai chegar. E mesmo 1.200 Agentes Vistores ainda é pouco para São Paulo.

Conhecemos colegas que foram agredidos na rua. O último caso que sabemos é de uma colega que foi embora porque foi intimar licença de funcionamento em um consultório dentário e jogaram álcool para tacar fogo nela. Tenho colega que foi agredido com foice e eu só não fui agredida com picareta, por uma pessoa que estava quebrando a rua, porque o motorista intercedeu.

Nossa carreira é perigosa, é desvalorizada e acho que vocês deveriam pensar mais um pouco não apenas em dar aumento. Não queremos isso, porque não conseguimos trabalhar. A cada dia de rua, são três dentro da Subprefeitura, com burocracia. Nós entregamos cargas, entramos no sistema e não conseguimos trabalhar. Não somos contra a fiscalização eletrônica, estamos ansiosas por ela, mas desde que nos respeitem.

Por isso vou dar uma sugestão. Quando vocês pretenderem fazer uma lei, ouçam nosso sindicato. Como vocês mesmos estão falando, o Lamas é um profundo conhecedor e nós poderemos dizer da dificuldade em aplicar essa lei e de que maneira isso irá reverter contra vocês mesmos. Porque nós só faltamos apanhar. No Governo passado, fizemos com

que o nosso Coordenador aceitasse e não atendemos mais telefone, porque quem liga só ameaça e xinga. Hoje em dia, atendemos pessoalmente, porque por telefone ouvimos muito absurdo.

Existe muito a ser feito. Independente de tudo isso, Claret, você falou que o nosso projeto está muito aquém, mas tem de ter um ponto de partida. Se formularmos coisas muito astronômicas, não vamos conseguir nada em breve e há muita gente precisando muito se sentir respeitado.

Era só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Obrigado, Sra. Marta. Parabéns pelo desabafo. O último inscrito é o Sr. Luis Roberto Barnabé, Agente Vistor da Subprefeitura de Sapopemba, a mais nova de São Paulo.

O SR. LUIS ROBERTO BARNABÉ – Como diria o Lamas, sou um cacique sem índio. Isso tem suas vantagens, não é?

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa, na pessoa da Vereadora Sandra Tadeu e do Vereador Laércio Benko e iniciar minha fala exatamente com uma frase que usei para encerrar uma gloriosa palestra que dei pela manhã – tenho uma testemunha aqui -, onde estavam presentes duas pessoas. A frase é de Bernard Shaw e diz: “Há pessoas que veem as coisas como elas são e que perguntam a si mesmas: Por quê? E há pessoas que sonham as coisas como elas jamais foram e que perguntam a si mesmas: Por que não?” Sou uma dessas pessoas e quero externar a minha imensa alegria pelas presenças do Eduardo Jorge; do Marcelo Farias; da Isabela, de Goiânia e da Iris Tomaelo, de São José do Rio Preto.

Por que iniciei com essa frase? Porque acho que precisamos de alegria na política e nas nossas reivindicações e eles mostraram que a luta é recompensável e que é possível chegar a algum lugar. Eles não começaram ontem, começaram já há algum tempo. Nós também não começamos ontem, mas já algum tempo. Temos os nossos tropeços, os nossos problemas, mas creio, sinceramente, que a presença deles aqui realmente, pelo menos para

minha pessoa e espero que para todos vocês, venha trazer uma luz. Eles sonharam um dia com algumas coisas, como gostariam que elas fossem, e se perguntaram: Por que não? E eu pergunto: Por que aqui, em São Paulo, também não podemos conquistar aquilo que o pessoal de Brasília conquistou e o que estão conquistando?

Quero aproveitar para fazer um rápido registro e cumprimentar o Dr. Pedro Horta – também sou advogado. Como disse o Vereador Laércio Benko, até hoje, não tivemos a presença do Ministério Público, que é o fiscal da lei, nessas audiências públicas. Lá em Sapopemba, talvez como em outras regiões da Cidade, está havendo uma invasão geral. Existe aquela falsa impressão de que por que é o PT, está tudo liberado, pode invadir e não é assim. Sabemos que não é assim. Os terrenos públicos ou particulares invadidos são os terrenos onde futuramente o Poder Público iria construir uma creche, uma escola, um hospital ou um centro cultural, enfim, traria melhoramentos para a comunidade. Acabam não podendo fazer isso, porque a área está invadida e não tem mais como tirar as pessoas de lá.

Aproveito o momento para fazer uma sugestão. Sei que vai haver concurso para Procurador no Município, por isso acho interessante criarem uma divisão dentro da Procuradoria do Município para cuidar exclusivamente dessas reintegrações de posse de áreas municipais invadidas e que esse processo fosse rápido para que as áreas públicas se mantivessem disponíveis. Assim, o Poder Público viria cumprir seu papel, que é o de trazer qualidade de vida melhor para a população da Cidade.

Por que citei o Ministério Público? Porque futuramente, eles entrarão com ações contra a Prefeitura perguntando por que invadiram tal e tal área. E o que vai acontecer? Lembramo-nos do caso de São Mateus em que tentaram colocar a culpa no Fiscal. Como não conseguiram, o assunto morreu. Como em Sapopemba o problema é meu, sou o Supervisor de Fiscalização, a culpa vai ser minha. Então, desde já, peço auxílio da OAB, porque certamente eles não estão participando desta audiência pública, mas a Prefeitura será vítima de ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público e vão tentar colocar a culpa no

Fiscal.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LUIS ROBERTO BARNABÉ – Nenhum. A falta de estrutura é gigantesca. A questão da falta de fiscais, a falta de aparato, a falta de agentes de apoio, de caminhão, de motoristas, de tudo isso que é necessário, inclusive, aproveito para cumprimentar, na figura ali da Guarda Civil Municipal, assim como os agentes vistoros, também recebeu uma banana do prefeito.

Para finalizar, é isso, queria uma mensagem de otimismo e fazer esse registro para que mais tarde, espero que não aconteça isso que estou prevendo, podemos usar essa fita e dizer: olha, nós denunciemos de que não havia estrutura, que o pessoal está invadindo e não está tomando nenhum tipo de providência e depois irão colocar a culpa no agente vistor. Acredito que não merecemos isso. Muito obrigado!

O SR. PRSIDENTE (Laércio Benko) – Não havendo mais inscrito. Quero agradecer todos os presentes, e peço que os senhores marquem bem o rosto dos que foram citados aqui, como também o rosto dos subprefeitos que estão aqui presentes? Porque acredito que o simples fato do subprefeito vir até aqui, demonstram o respeito que eles têm pela categoria. Peço uma salva de palmas para os subprefeitos presentes. (palmas)

Encerrando, estava conversando com os colegas de Brasília, surgiu uma ideia, tenho um amigo pessoal em Brasília, do nosso partido Secretário de Defesa Civil, aliás, outro ponto positivo que no Distrito Federal, lá existe a Secretaria de Defesa Civil, o que é de alta relevância. Vamos pedir para ele conversar com o Governador Agnelo Queiróz, para verificar se há possibilidade de Brasília patrocinar uma ida dos agentes vistoros, até lá, para passar alguns dias lá, para verificar o dia-a-dia, verificar in loco todo esse trabalho.

Com a palavra Sra. Claret, para considerações finais.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO – Estou muito orgulhosa de todos e muita agradecida pela presença dos colegas que vieram dos outros

estados. A vinda de vocês demonstram o quanto vale a nossa união, que estamos aqui pertinho, A gente reclama que somos 32 subprefeituras, uma longe da outra, pelo amor de Deus, a partir de hoje, não podemos mais falar isso, que estamos longe. Pega algumas horas de avião, para vir para cá, mostrar sua experiência, para ser solidário, se nós que estamos aqui na Sé, não formos solidários com quem está em São Miguel, Parelheiros, é brincadeira. Creio que a partir de hoje, não podemos mais falar esse tipo de coisa.

Como surgiram algumas propostas gostaria de repassar a proposta de uma pessoa que não está presente, mas que enviou pelo rádio, que é o Sr. José Paula de Andrade. Ele disse que hoje ia acontecer a audiência pública, achou o assunto de extrema relevância e que ele já tinha opinião formada com relação a que tipo de fiscalização ele quer para a Cidade de São Paulo. E disse: Quero uma fiscalização honesta e com bom senso. O que podemos aproveitar disso? Honestidade temos de querer de qualquer cidadão, de todas as profissões: dos agentes vistoristas, dos Vereadores, dos radialistas, jornalistas. Isso não é o querer dele. É o de toda uma população. Agora o bom senso mostra um desconhecimento da nossa categoria. Do nosso trabalho. Não trabalhamos com bom senso, mas com o que a legislação permite. Se usarmos o bom senso, vamos ter de responder e o Ministério Público não vai querer saber se deixamos de aplicar uma lei, porque aplicamos o bom senso. Deixo um recado de que não dá para usarmos o bom senso. O Legislador tem de ter o bom senso na hora de fazer a lei, e o prefeito tem de ter o bom senso, na hora de sancionar uma lei que sabe ser impossível de aplicar na rua. Essas duas propostas, a honestidade, não precisa, já temos e o bom senso, infelizmente não vamos aproveitar. Muito obrigada a todos! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko) – Um exemplo do que seria bom senso, do que seria honestidade, pode fugir um pouco ao tema, mas protocolizei um pedido de CPI da Sabesp, para gente ver o contrato entre a Sabesp e a Prefeitura do Município de São Paulo, por causa do problema da falta de água, e várias rádios que temos amizade, enviamos um release pedindo a divulgação da CPI e todos, nossos amigos em off dizia; olha não dá porque

a Sabesp é nossa patrocinadora. Será que esse pessoal pode falar em bom senso ou honestidade? É complicado!

Encerrando, agradeço mais uma vez a nobre Vereadora Sandra Tadeu por estar presidindo essa audiência pública. Repito, sem a presença dela, seria impossível abrimos a reunião. (palmas) Para gente, que é político, sexta-feira, é um dia muito corrido, dia em que aproveitamos para visitar as bases, tenho certeza de que a nobre Vereadora abriu mão de muita coisa para poder aqui presente. Obrigado nobre Vereadora. Obrigado a todos os presentes.

Estão encerrados nossos trabalhos.
